

# Violência, poder e Estado-Nação: uma avaliação sociológica

*O texto explora a relação estrutural intrínseca entre poder e violência na modernidade. Como na era moderna a violência tende a ser quase exclusivamente monopolizada pelos aparatos estatais, o foco concentra-se em particular no Estado-Nação. No entanto, a sociologia tende a esquivar-se do estudo das origens e natureza sangrentas da comunidade nacional. Após uma reflexão inicial sobre os conceitos clássicos de poder e violência, analiso as abordagens contemporâneas predominantes neste campo e apresento um relato sociológico alternativo da coerção, poder e Estado-Nação, enfatizando os fundamentos ideológicos dessa relação.*



## **Violence, power and Nation-State: A sociological assessment**

*The paper explores the intrinsic structural relation between power and violence in modernity. As in the modern era violence tends to be almost exclusively monopolized by the state apparatus, the focus is in particular on the Nation-State. However, sociology has tended to shy away from the study of the gory origins and nature of the national community. After an initial reflection on the classical understandings of power and violence, I analyze the leading contemporary approaches in this field and sketch an alternative sociological account of coercion, power and nation-state by stressing the ideological underpinnings of this relationship.*

---

**Sinisa Malešević:** Professor do Departamento de Ciência Política e Sociologia da Universidade Nacional da Irlanda. Anteriormente, foi pesquisador no Instituto de Relações Internacionais (Zagreb) e no Centro para o Estudo do Nacionalismo (Praga), além de professor-visitante no Instituto de Ciências Humanas (Viena) e na London School of Economics.

## 1 INTRODUÇÃO

Apesar de guerra e violência terem sido características quase universais da história humana e um componente decisivo na formação da ordem social moderna, a maior parte da sociologia clássica e contemporânea tende a esquivar-se do estudo das origens e natureza sangrentas da modernidade. Isto é talvez mais notável nos relatos sociológicos acerca do poder estatal, onde de modo geral a violência coletiva tem sido ignorada ou reduzida meramente a sua dimensão estratégica. Em outras palavras, enquanto as abordagens consensualistas do poder têm sobretudo negligenciado suas bases violentas, as teorias orientadas pelo conflito e pela competição inclinaram-se a tratar a violência como um mero meio de obter ou manter o poder. Contudo, uma vez em ação, a violência coletiva normalmente atinge uma dinâmica própria que por sua vez pode alterar as dinâmicas de toda a ordem social. A violência coletiva em sua forma mais ampla e historicamente prevalente, a guerra, gera sua própria dialética de imprevisibilidade. É essa autonomia e contingência da violência, ou o que Clausewitz (1997:66-9) chama de fricção da guerra, que transforma radicalmente a vida social. Portanto, a violência é muitas vezes, quando não sempre, muito mais do que uma simples ferramenta do poder. Ela é um dos componentes fundamentais da subjetividade humana e da subjetividade moderna em particular, já que a modernidade como a conhecemos seria impensável sem a violência.

Este ensaio explora essa vivacidade estrutural intrínseca entre poder e violência na modernidade. Como na era moderna a violência tende a ser quase exclusivamente monopolizada pelos aparatos estatais, o foco concentra-se em particular na relação entre violência e o poder do Estado-Nação. A primeira

parte do artigo reflete brevemente sobre os conceitos sociológicos clássicos de poder e violência, com atenção especial às contribuições de Weber, Treitschke, Hintze e Schmitt. A segunda parte fornece uma análise crítica das abordagens contemporâneas predominantes no campo, incluindo aquelas de Tilly, Mann, Poggi e Collins. A parte final resumidamente esboça um relato sociológico alternativo da coerção, poder e Estado-Nação, enfatizando os fundamentos ideológicos dessa relação.

## **2 O ESTADO-NAÇÃO, VIOLÊNCIA E MODERNIDADE: AS VISÕES CLÁSSICAS**

Apesar das vastas diferenças epistemológicas entre as teorias sociológicas clássicas da modernidade, havia um consenso quase universal de que o progresso da modernidade implicava a diminuição da brutalidade coletiva e das matanças em massa. Inspirada em ideais iluministas, a sociologia antevia o nascimento de uma nova ordem social fundada na razão, verdade e progresso onde não haveria espaço para sacrifícios humanos em larga escala. Por esta razão a sociologia clássica exibia pouca ou nenhuma paciência analítica para com o estudo da violência coletiva. Essa negligência não se confinou apenas às perspectivas culturalistas ou funcionalistas exemplificadas nos trabalhos de Comte, Durkheim, Simmel ou Mead, mas foi também parte integral de teorias mais materialistas e orientadas pelo conflito como, as de Marx, Pareto ou mesmo Spencer ou Weber.

Enquanto Marx claramente adotava um discurso militarista da luta coletiva (de classes) e da violência revolucionária como essencial aos conflitos de classe, estas eram vistas majoritariamente como ligadas às leis dialéticas da história operando por fora das vontades individuais ou coletivas. Como a luta de classes estava ligada à transformação dos modos de produ-

ção e de sua propriedade, também o foco central não estava em matar ou incapacitar a burguesia, como na guerra de verdade, mas sim em apropriar-se de suas posses e redistribuí-las. A linguagem da violência era usada tanto como metáfora “guerra de classes” ou “preços baixos como a artilharia pesada da burguesia”, por exemplo (Marx; Engels, 1998:41-2) ou no contexto de processos extraordinários que acelerariam a inevitável chegada de uma ordem comunista pacífica. A violência coletiva estava associada quase exclusivamente ao breve estágio final dos levantes revolucionários: “quando a luta de classes aproxima-se da hora decisiva, o processo de dissolução em curso no interior da classe dominante... assume um caráter deslumbrantemente violento...” (Marx; Engels, 1998:45).

Similarmente Pareto, Spencer e Weber devotaram pouca atenção à análise da violência coletiva. Spencer chegou a desenvolver uma influente tipologia que distinguia sociedades militantes de industriais, enquanto Pareto discutiu o uso da força por “leões” em sua teoria de circulação das elites, e Weber tornou-se renomado por sua definição coerciva do Estado. Todavia nenhum desses pensadores mostrou muito interesse no estudo extensivo das relações complexas entre poder e violência. Enquanto para Spencer a violência coletiva confinava-se ao estágio militante do desenvolvimento evolutivo humano, que para ele estava se evaporando com o advento da indústria, para Pareto a violência era simplesmente um dos meios disponíveis utilizados por elites variadas a fim de adquirir ou manter o controle do poder. Finalmente, apesar da ênfase weberiana no caráter coercivo das vidas política e social, há pouca investigação empírica e ainda menos teórica da violência coletiva em seu trabalho. Por exemplo, em seu relato da modernidade não encontramos carnificina física e irracionalidade, mas sim uma abundância de regras e a superprodução da racionalida-

de. Em outras palavras, a grande maioria dos sociólogos clássicos ignorava o estudo da violência coletiva – via-a como um fenômeno de épocas pré-industriais – ou simplesmente a reduziam a pouco mais que um método ou recurso particular para a busca de algum outro objetivo econômico, político ou cultural. A ação coletiva violenta nunca é analisada como um processo *sui generis*, mas apenas como uma realidade de segunda ordem; um aparelho instrumental ou estratégico para atingir interesses individuais ou de grupos específicos.

A única exceção significativa a essa regra foi a chamada tradição militarista germânica de pensamento social<sup>1</sup>. Fundamentados no romantismo e idealismo histórico de Leopold Von Ranke e influenciados pela posição geopolítica peculiar da Alemanha, e particularmente da Prússia de Bismarck, no século XIX, vários intelectuais alemães influentes preocuparam-se com o papel do poder e da violência nos processos históricos da criação de Estados-Nação. Enquanto o legado de Ranke marcava uma hostilidade intelectual contra o racionalismo e o universalismo iluministas, incluindo sua metodologia e causalidade científicas firmemente rejeitadas em favor da singularidade histórica, a herança estatista prussiana moldou sua reverência pelo Estado-Nação e sua ênfase na importância da política externa na compreensão das relações sociais. Alguns desses autores foram também direta ou indiretamente influenciados pelo emergente paradigma darwiniano da luta evolucionária universal pela sobrevivência, como L. Gumplowicz ou G. Ratzenhofer, enquanto outros como F. Oppenheimer e A. Rustow tentaram reconciliar suas análises históricas estatísticas (*statist*) com seus abertos anarquismos e antiestatismos (*anti-statism*) éticos e políticos. Apesar de ter havido muitos representantes dessa tradição belicosa de pensamento, três pensadores sociais em particular sobressaem em termos de suas

influências diretas na história sociológica contemporânea: Heinrich Von Treitschke, Carl Schmitt e Otto Hintze.

Treitschke foi tanto um acadêmico quanto uma proeminente figura pública cujas idéias deixaram sua marca em várias gerações de intelectuais alemães do fim do século XIX e início do XX. Para Treitschke, o poder é em sua maior parte igualado à habilidade do Estado-Nação em perseguir sua vontade. Com efeito, o Estado é definido na condição de poder: “Estado são as pessoas legalmente unidas como um poder independente” ou “o Estado é o poder público de ataque e defesa” (Treitschke, 1914:9,12). Nesta visão, o Estado é completamente antropomorfizado, reificado e essencializado à proporção em que adquire habilidades humanas fixas e imutáveis – personalidade, vontade e necessidades. Em suas próprias palavras: “Se nos lembrarmos que a essência de sua grande personalidade coletiva é o poder, então neste caso é a mais alta obrigação moral do Estado salvar seu poder” (Treitschke, 1914:31). Não apenas ocorre que neste entendimento não há poder fora ou acima do Estado, mas também que sua *raison d’être* é a acumulação, manutenção e utilização desse poder. Como ele enfatiza, “poder é o princípio do Estado, assim como a Fé é o princípio da Igreja, e Amor o da família” (Treitschke, 1914: 12). Desta forma, o Estado exerce duas funções fundamentais: dentro de suas fronteiras ele administra a justiça e fora delas ele conduz guerras. Como entidade soberana, seu poder não tem limitações internas ou externas na medida em que o Estado pode declarar guerras ou suprimir rebeliões quando e como desejar. Mais ainda, “sem a guerra não haveria Estado algum” porquanto os Estados são criados exclusivamente através dela (Treitschke, 1914: 21). Contrariamente aos princípios iluministas, (Treitschke, 1914: 39) argumenta que os Estados não são criados com base na soberania popular, mas de fato “contra a

vontade do povo". É a experiência da guerra que molda os indivíduos em Estados-Nação: "Apenas na guerra um povo torna-se de fato povo" (Davis, 1915: 150). E em última instância é a posse de um exército que define o Estado. Como Treitschke (1914:100) expõe sucintamente: "O Estado não é uma Academia de Artes nem uma Bolsa de Valores; ele é poder e, portanto, ele contradiz sua própria natureza se ele negligencia o exército". Assim como outros representantes da escola histórica prussiana profundamente influenciados pela teleologia hegeliana, tais como Droysen ou Duncker, Treitschke compreende a história como um processo ético no qual o sucesso de um Estado em particular, definido em grande medida por sua habilidade de vencer guerras, é interpretado como um indicador de sua moralidade superior. O Estado, e particularmente o Estado-Nação moderno, é um absoluto moral que paira acima dos indivíduos, possui poderes onipotentes e molda sua existência pelo conflito eterno com outros Estados.

Otto Hintze foi um aluno de Treitschke, o que é evidente na maneira como seus primeiros trabalhos exibem "uma crença mística no Estado como entidade superior com vida própria" (Gilbert, 1975:13). Contudo, apesar de sua forte ênfase no poder estatal e na importância da política externa e da guerra na formação da ordem moderna, Hintze desenvolveu uma abordagem muito mais sofisticada do estudo do poder e da violência coletiva. Diferentemente do militarismo normativista de Treitschke e sua glorificação do Estado e da guerra, Hintze começa a explicar o que é essencialmente uma sociologia histórica da transformação do poder. Ao traçar o desenvolvimento histórico do Estado constitucional, Hintze (1975:181) assim argumenta: "Toda organização estatal era originalmente uma organização militar, organização para a guerra". As raízes de instituições políticas representativas tais como assembléias

devem ser buscadas na congregação de guerreiros já que a filiação em uma comunidade política determinava-se pela habilidade do indivíduo em lutar guerras. Pela extensiva exploração da estrutura e origem das instituições políticas greco-romanas antigas, do sistema feudal europeu, do *Standstaat* dos séculos XIII e XIV, e as ordens absolutistas do século XVIII e início do XIX, Hintze conclui que os dois fatores históricos determinantes da criação do Estado são a estrutura de classes sociais e o ordenamento externo dos Estados. Ambos os fatores estão ligados à guerra na medida em que conflitos internos e externos são normalmente inversamente proporcionais. Como Hintze (1975:183-4) aponta em relação a Roma:

Onde quer que a comunidade fosse suficientemente adaptável, como em Roma, a pressão da situação exterior forçava uma progressiva extensão da cidadania com direitos políticos, pois grandes massas de soldados eram necessárias. Foi o coração dessa operação conjunta de pressão externa e flexibilidade interna que permitiu que Roma progredisse de Cidade-Estado a império mundial.

Ele identifica três momentos históricos dominantes na transformação do poder estatal e militar: a) o sistema tribal e de clãs onde “o Estado e o exército são unidades virtualmente idênticas” e freqüentemente entrelaçadas por solidariedade familiar e um grau substancial de igualdade social; b) a época feudal, que transformou a natureza da guerra por meio de uma mudança da infantaria de massa não-profissional para uma cavalaria profissional fortemente armada, enquanto uma autoridade central frouxa com uma estrutura piramidal múltipla dava lugar a uma estrutura social hierárquica rígida e eventualmente hereditária; e finalmente c) a era do militarismo onde a expansão da guerra criou crises fiscais habituais favorecen-

do, assim, a centralização estatal e tributária, o desenvolvimento do serviço militar universal (“uma nação armada”) e a estrutura estatal constitucional definida por novos princípios igualitários onde “a divisão entre guerreiros e a cidadania – os guerreiros e os provedores – foi superada” (Hintze, 1975:207). Nessa visão, a era moderna ou, como ele denomina, militarista é ainda mais propensa à violência coletiva na medida em que indivíduos não lutam como mercenários ou servos de um monarca, mas são socializados para ver seu Estado-Nação como autoridade moral suprema, “uma comunidade, uma personalidade corporativa coletiva” pela qual vale a pena morrer. Em outras palavras, para Hintze (1975:199), bem como para Treitschke, foi a “política do poder e do balanço-de-poder” que criou “as fundações da Europa moderna”.

Esta tradição militarista é seguida por renomados pensadores das mais diversas áreas. Carl Schmitt, por exemplo, apesar de ter sido um jurista e não um teórico social, na sua teoria do político absorveu parte integral da tradição militarista. Assim como Treitschke e Hintze, Schmitt enfatiza a natureza conflituosa, coerciva e guiada pelo poder da vida social. Contudo, diferentemente dos outros dois pensadores, ele entende o poder e o político em termos muito mais amplos que o poder estatal. Não apenas a ação política precede historicamente a formação do Estado, mas também uma vez que a democratização decola e o Estado e a sociedade se desenvolvem plenamente, eles permeiam um ao outro e nessa situação “o que tinha sido até aquele ponto relações de Estado torna-se a partir daí assuntos sociais e, vice-versa, o que tinha sido puramente assunto social torna-se relação de Estado” (Schmitt, 1996:22). Para Schmitt, o político não pode ser definido apenas negativamente – como uma antítese do religioso, do cultural ou do econômico – mas requer sua própria definição po-

sitiva. Ecoando o princípio de Treitschke da associação entre fé e Igreja, amor e família, poder e Estado, Schmitt (1996:26) argumenta que se o reino da moralidade é caracterizado por uma distinção entre bem e mal, o da economia entre lucrativo e deficitário, e o da estética entre belo e feio, então o conceito do político também necessita de uma distinção categórica absoluta. Em sua visão, essa distinção última do político se dá entre aliado e inimigo. Em outras palavras, o político deve dissociar-se da ética e ser estudado em seus próprios termos: “O inimigo político não precisa ser moralmente maligno ou esteticamente feio; ele não precisa aparecer como um competidor econômico... mas ele é, ainda assim, o outro, o estrangeiro; ... existencialmente algo diferente e alheio, de forma que em casos extremos conflitos com ele são possíveis” (Schmitt, 1996:27). Os dois são entendidos por Schmitt não como símbolos ou metáforas, mas como categorias essenciais e existenciais da ação social. A ação política está embutida de antagonismos e, em última instância, a política é uma forma de guerra<sup>2</sup>: se não há ameaça externa que mantenha a distinção aliado-inimigo entre os Estados soberanos, essa polarização tende a se replicar na esfera doméstica onde a política partidária se torna profundamente antagonica. Todavia, a potência última do político está enraizada em sua potencial virulência: “Os conceitos de aliado, inimigo e combate recebem seu significado real precisamente porque se referem à possibilidade real da matança física. A guerra deriva da animosidade. A guerra é a negação existencial do inimigo” (Schmitt, 1996:33). Por conseguinte, como a política de poder e o conflito são pedras fundamentais da vida social, é impossível erradicar a distinção aliado/inimigo sem destruir a própria vida política.

Considerada em parte responsável pela justificação ideológica das políticas expansionistas e teimosas do Estado ale-

mão em duas guerras mundiais, essa tradição belicosa de pensamento social foi largamente rejeitada, suprimida e vista como eticamente insustentável no contexto do pós-segunda Guerra Mundial. Acima de tudo, a sociologia e teorias sociais dominantes permaneceram convencidas de que tal militarismo não possuía relevância explicativa no mundo contemporâneo. Como resultado, na maior parte da segunda metade do século XX a teoria sociológica foi dominada por variedades de teorias não-belicosas da mudança social como o funcionalismo estrutural e o neomarxismo. Parecia que a tradição militarista tinha sido nada mais que uma tangente obscura na história do pensamento social.

Contudo, se os argumentos desenvolvidos por Treitschke, Hintze, Schmitt e outros representantes dessa escola de pensamento forem lidos e interpretados como sociologia em vez de ontologia ou ética, eles ainda terão muito a oferecer na explicação dos laços históricos entre o poder e a violência coletiva. Em outras palavras, se removidas as armadilhas do discurso essencialista, reificador e moralista e a lógica determinista da argumentação, é possível construir por sobre os *insights* dessa tradição para articular uma potente sociologia histórica do poder e da violência. E de fato muito mais implicitamente que explicitamente, isto tem ocorrido nos trabalhos de alguns dos principais sociólogos históricos contemporâneos. Do início dos anos 1980 em diante, isto é, à medida que os paradigmas marxistas e funcionalistas foram exauridos, a sociologia testemunhou um significativo renascimento do pensamento “militarista”. No entanto, em contraste com o militarismo normativo ou ontológico do fim do século XIX e início do XX, este foi um militarismo explanatório que tentou se mover para longe das interpretações excessivamente economicistas e culturalistas da mudança social enfatizando as fundações violentas da modernidade.

### 3 ESTADOS-NAÇÃO E VIOLÊNCIA NA SOCIOLOGIA HISTÓRICA CONTEMPORÂNEA

Os mais influentes sociólogos históricos contemporâneos do poder, tais como Michael Mann, Charles Tilly, Randall Collins e Gianfranco Poggi, raramente, se é que alguma vez, fazem referência direta a Treitschke, Schmitt, Hintze ou qualquer outro representante do pensamento militarista. Em vez disso, se alguma ligação a precursores intelectuais é feita, ela normalmente refere-se a Max Weber como “pai fundador” tanto do método comparativo histórico quanto de uma teoria social macro que vai além do economicismo e do culturalismo, colocando a coerção no coração da teoria social. Neste contexto todos eles mantêm as definições de Weber do poder e do Estado – ambas sublinhando a natureza coerciva das entidades sociais. Contudo, apesar de Weber enfatizar o caráter vigoroso, quase de soma zero, das relações de poder, e descrever o Estado em termos do monopólio da força física<sup>3</sup>, ele não fornece nenhuma teoria sociológica coerente do poder estatal nem da violência coletiva. Weber desenvolveu uma tipologia da estratificação do poder altamente influente que forma a espinha dorsal de algumas das teorias contemporâneas do poder. Todavia, para além de algumas notas fragmentárias, há muito pouca análise para constituir-se em uma teoria completa da violência coletiva e do poder estatal da maneira como é invocada pelos principais sociólogos históricos contemporâneos. Em vez disso, a ênfase na definição de Weber no papel da violência foi menos sua criação particular que uma reflexão de seu tempo, em conjunto com o *esprit de corps* da academia alemã, fortemente influenciada pelo pensamento militarista. De certa forma, Weber forneceu uma cara moralmente aceitável para a tradição militarista, emprestando-lhe suas credenciais intelectuais impecáveis por meio das quais a tradição militarista foi “contrabandeada” e revivida no contexto con-

temporâneo com pouca ou nenhuma consequência aparente. É muito mais seguro e moralmente responsável ser um intelectual descendente de Weber que de Treitschke. É, porém, na ênfase de Treitschke, Hintze e Schmitt nas origens militares do Estado, da visão do poder estatal como autônomo e onipotente, do papel decisivo da guerra nas transformações históricas, e da natureza conflituosa da sociabilidade humana que se encontra o coração da sociologia histórica contemporânea do poder. Apesar de sua invocação nietzscheana acerca da vontade e da glória do prestígio do poder estatal, Weber (1978:910-11) ignora em grande medida o contexto geopolítico mais amplo no qual os Estados emergem e operam. Apesar de ele definir o poder estatal em termos de territorialidade e do monopólio da violência ele não explora o contexto exógeno no qual eles transpiram. Contudo, o Estado moderno não aparece ou funciona em um vácuo geopolítico e sua própria existência baseia-se no reconhecimento mútuo de outros Estados. E é desse ângulo extremamente treitschkeano, e não weberiano, que as teorias contemporâneas do poder estatal se desenvolvem. Portanto, se examinarmos de perto seus argumentos é possível vermos que há uma ligação direta entre os sociólogos históricos contemporâneos do poder e a tradição militarista de pensamento clássica.

Todo o trabalho de Charles Tilly (1975, 1985, 1992) constrói-se sobre a tarefa de explicar as relações entre o nascimento e a expansão do poder estatal com o uso da violência em larga escala. Embora ele defina o poder em termos relacionais ao insistir em seu “caráter incessantemente negociado”, seu foco é firme na dimensão assimétrica e conflituosa das relações de poder:

## VIOLÊNCIA, PODER E ESTADO-NAÇÃO: UMA AVALIAÇÃO SOCIOLÓGICA

O poder é um resumo de um analista (*analyst's summary*) acerca das transações entre pessoas e espaços sociais: nós podemos razoavelmente dizer que X tem poder sobre Y se, no curso de um fluxo de interação entre X e Y, 1) uma pequena ação de X tipicamente desperta uma grande resposta de Y, e 2) suas interações geram um benefício desproporcional a X (Tilly, 1999:344).

Mais especificamente, seu ponto focal está no que ele vê como uma forma dominante de poder na modernidade – o poder do Estado-Nação. Apesar de ao longo da história humana um poder enorme ter freqüentemente se concentrado nas mãos de alguns déspotas individuais, tiranos e imperadores, é a chegada da modernidade que pela primeira vez fornece capacidades estruturais e organizativas não apenas para concentração no, mas também para um monopólio sobre, o poder coercivo canalizado via instituições do Estado-Nação. Para explicar a emergência gradual e o eventual domínio dessa forma de poder, Tilly traça suas origens históricas na Europa do século XVII onde os altos custos de campanhas militares prolongadas da parte de monarcas europeus levaram a uma rápida centralização, territorialização e burocratização do mando. Em outras palavras, ecoando diretamente Hintze, Tilly (1985:170-2) argumenta que a “guerra faz Estados”, ou mais precisamente, que a “guerra, extração e acumulação de capital interagiram para moldar a criação de Estados europeus”. Assim como Treitschke, Tilly (1992:1) analisa os Estados primariamente como “organizações portadoras da coerção” que possuem a última instância de poder sobre um território particular. No início da modernidade, a guerra provou-se o mais eficiente mecanismo de controle social, expansão estatal, acumulação de capital e extração de recursos. Como conseqüência, a modernidade foi testemunha da proliferação da violência em larga escala com as guerras aumentando em intensidade e brutalidade, e o sé-

culo XX – com suas 250 guerras e mais de 100 milhões de mortes – de longe o mais sangrento dos registros históricos (Tilly, 2003:55). Seguindo nas pegadas de Treitschke e Hintze, Tilly vê a condução de guerras como a mais importante atividade estatal por meio da qual o poder do Estado adquiriu uma autonomia e força geopolítica externa sem precedentes, e, simultaneamente, pacificou seu reino doméstico. O monopólio sobre o uso legítimo da violência dentro de um território particular se desenvolve como resultado direto da intensificação da guerra interestatal. A distinção schmittiana entre aliado e inimigo emerge completamente somente no contexto da construção estatal moderna, à medida que a animosidade desloca-se para fora das bordas do Estado-Nação e que a violência privada é largamente erradicada mediante policiamento severo e deslegitimação social. Guerra e preparações para a guerra são potentes geradores de mudança social dramática, cuja consequência é o desenvolvimento tanto de um extenso aparato estatal como de uma sociedade civil vibrante. Pela guerra o Estado avançou sua administração fiscal, cortes e outras instituições legais, administração regional e infra-estrutura financeira enquanto uma maior mobilização popular, incluindo o alistamento militar universal, levou a firme extensão dos vários direitos políticos e sociais a uma população mais ampla, e, assim, aperfeiçoou a sociedade civil. Em resumo, para Tilly, assim como para Hintze e Treitschke, a concentração e monopolização do poder em instituições do Estado-nacional moderno foi um produto direto da condução extensiva de guerras.

Apesar de Michael Mann (1986, 1993) ter sido considerado quase universalmente um sociólogo neoweberiano<sup>4</sup> sua teoria do poder estatal deve tanto a Treitschke, Hintze e Schmitt quanto a Weber. Similarmente a Tilly, Mann move o foco da sociologia da sociedade para o Estado na medida em que a autonomia estatal e seu ambiente geopolítico determinam amplamente

as condições de existência de uma sociedade em particular. Em vez da noção unitária e inflexível de sociedade que domina muito das ciências sociais, Mann (1986:2) prefere falar de “redes de poder de sobreposições e interseções múltiplas”. Em outras palavras, numa veia treitschkeana, mas com muito mais reflexividade e muito menos teleologia, Mann posiciona o poder social e a expansão estatal no centro da mudança social. Um mundo social é ordenado antes e acima de tudo como um conglomerado de redes de poder entrelaçadas. Mais especificamente, o poder social é analisado ao longo do eixo de quatro fontes centrais e inter-relacionadas: poder político, econômico, militar e ideológico. Apesar de serem tratados como formas organizacionais e institucionais autônomas, Mann (1986:2) também sustenta que elas são “redes sobrepostas de interação social” que “oferecem meios organizacionais de controle social”. Diferentemente de Weber, mas muito semelhante a Hintze, Mann separa o político e o militar, e trata assim o militarismo como uma capacidade organizativa distinta. Como ele recentemente expõe, por poder militar ele entende “a organização social da violência letal concentrada” (Mann, 2006:351). Embora os Estados tenham se originado e desenvolvido sua força organizacional primariamente por meio da guerra, o poder estatal não se reduz a suas capacidades militares. Enquanto a função primária dos Estados ao longo da história foi lutar guerras e balancear arranjos geopolíticos, e apesar de esse ser ainda um potente gerador de atividade estatal e de sua autoridade, historicamente os modos militar e administrativo de controle raramente agiram como uma entidade indivisível. Como resultado, o Estado-Nação moderno é uma poderosa máquina de guerra, mas essa não é sua única fonte de força. Em outras palavras, a onipotência de um Estado-Nação na modernidade deriva de sua força militar, controle econômico de recursos materiais e legitimidade ideológica. Con-

tudo, a maior parte de sua supremacia institucional está enraizada em sua potência organizativa territorializada. Para Mann (1993:9, 2006:352), assim como para Treitschke e Schmitt, e de novo distintamente de Weber, “o poder político significa poder estatal”. A ascendência do político surge do controle monopólico, centralizado e institucionalizado sobre um território em particular. O firme aumento desse poder administrativo estatal está ligado ao processo histórico do que Mann (1986:112-4) denomina de enjaulamento social, pelo qual os governantes têm gradualmente imposto restrições às liberdades individuais em troca de recursos econômicos e proteção política e militar, gerando simultaneamente mecanismos de estratificação social e ativando o processo de longo prazo da centralização institucional e administrativa. Enquanto nos períodos históricos iniciais o enjaulamento social foi impulsionado pela irrigação artificial da agricultura em civilizações de vales de rios, no início da era moderna esse processo reforçou a firme administração de Estados-nacionais que eventualmente criaram uma casca institucional para o surgimento da democracia. De maneira profundamente hintzeana, Mann (1988) argumenta que os direitos de cidadania foram historicamente moldados pelos interesses de elites econômicas, políticas e militares que controlaram o Estado, de forma que a extensão dos direitos civis e políticos esteve diretamente ligada a profundas crises fiscais do Estado e à introdução do alistamento universal. A democratização do Estado na modernidade, incluindo a extensão da cidadania universal e das reformas de bem-estar, foi em muitos aspectos um resultado direto da mobilização massiva da guerra. De acordo com Mann (1986), o poder político, que é poder estatal, tem duas formas principais – despótico e infra-estrutural. Enquanto o poder despótico corresponde à ação sem limites dos governantes exercida sem

negociação com a sociedade civil (os poderes ilimitados do Imperador Romano, por exemplo), o poder infra-estrutural se reflete na habilidade do Estado de permear a sociedade por meio de seu mecanismo institucional de controle tanto quanto sua capacidade de taxar sem consentimento, de alistar seus cidadãos em tempos de guerra, armazenar e utilizar informações sobre cidadãos individuais, aplicar suas leis no território que controla e assim por diante. Com a expansão da modernidade, os processos de democratização e a liberalização, o Estado gradualmente se transformou de uma essência despoticamente forte e infra-estruturalmente fraca para uma despoticamente fraca e infra-estruturalmente forte.

Mesmo que Gianfranco Poggi seja nominalmente considerado o mais weberiano de todos os sociólogos políticos contemporâneos e considere a si mesmo como tal (Poggi 2001:12-14), sua interpretação do poder e da violência é na verdade muito mais próxima da de Schmitt e Treitschke que da de Weber, enquanto sua compreensão das origens do poder estatal é caracteristicamente hintzeana. Apesar de ele seguir a divisão tripartite weberiana dos poderes político, econômico e ideológico, na maior parte sua interpretação do poder social superenfatiza o caráter coercivo da dominação e como tal é apenas parcialmente weberiano. Diferentemente de Weber, que enfatiza as fundações administrativas e jurídicas do poder estatal e atribui grande importância a conteúdos de várias doutrinas religiosas e especialmente à forma distintiva de racionalização que emergiu na Europa cristã medieval, Poggi se concentra quase exclusivamente nas fontes violentas do poder social. E enquanto Weber escreve sobre o poder político em termos gerais, incluindo suas várias modalidades (dominação, legitimidade, autoridade, *status*, coerção, etc.), para Poggi (2001:30) o poder político é constituído e exercido exclusivamente em

referência a ações coercivas: “O que qualifica o poder... como político é o fato de que ele reside em última instância sobre, e intrinsecamente... refere-se à habilidade de sancionar coercitivamente a falha dos subordinados em seguir ordens”. Em outras palavras, o poder político não pode ser definido corretamente sem referência à violência organizada. Ou como ele expôs recentemente, e em termos bastante firmes: “[os gregos antigos] não concordavam com minha identificação pessoalmente sangrenta da política com a violência” (Poggi, 2006: 137). Enquanto para Weber a violência é em grande medida apenas um meio para a política, para Poggi a violência está em sua essência. Recordando Treitschke, Poggi (2001:31) escreve sobre “a dura base material da experiência política primordial” e, ecoando Schmitt, argumenta que o poder político está antropologicamente fundamentado na capacidade de infligir dor física, sofrimento e morte e assim, em última instância, a política é impensável sem a violência<sup>5</sup>. Nessa visão todas as formas de poder político, incluindo “mesmo as leis geradas discursivamente” em última instância, requerem sanção coerciva. Em outras palavras, exigir obediência requer a ameaça da violência. O desenvolvimento da tecnologia expande a capacidade dos seres humanos de matar e ferir outros humanos tanto em termos de alcance (o mais forte tigre consegue matar apenas um punhado de animais com seus dentes e garras em um ataque, enquanto a detonação de uma bomba nuclear por um único homem pode aniquilar milhões) quanto de forma (inventando uma variedade de estratégias e métodos de matança). Esta expansão da violência afeta diretamente o poder político, já que no relato de Poggi os dois estão intrinsecamente conectados, assim estendendo simultaneamente o alcance e modos da dominação política. Com o nascimento das estruturas estatais modernas enraizadas no controle legítimo e mo-

nopólico da violência, o poder político se multiplica exponencialmente. O fato de os governantes dos Estados-nacionais modernos (no Ocidente) serem institucionalmente constrangidos em seu uso da violência na perseguição de objetivos políticos não significa que a violência desapareça com a modernidade. Em vez disso, como argumenta Poggi (2001:53),

a capacidade superior do sistema político de usar a violência como forma de coação é assumida e mantida em segundo plano pela institucionalização..., [e] tais circunstâncias sociais negociadas são por sua vez o produto da violência livre e brutal, por mais ocasionalmente que esta venha a ser exercida.

Adotando uma análise hintzeana, Poggi (2004:99) entende o processo de construção estatal moderno pelo prisma da evolução da guerra: “Desde o início, o Estado moderno foi moldado pelo fato de ser essencialmente destinado para a guerra e primariamente preocupado com o estabelecimento de sua força militar”. Com sua acentuação da violência como traço central tanto do poder social quanto da construção estatal, Poggi permanece inextricavelmente ligado à tradição militarista clássica de pensamento social.

Randall Collins é quase único entre os sociólogos históricos contemporâneos em sua tentativa de reconciliar os níveis macro e micro de análise do poder ao integrar estudos históricos estruturais de larga escala da formação estatal e de mudanças geopolíticas com a exploração interativa face a face de conflitos sociais. Ao situar o conflito no coração das relações sociais, Collins (1975, 986, 1999) explica a ação social em referência a mudança tecnológica, recursos disponíveis, experiências de privilégio compartilhadas, redes de comunicação e cooperação e percepções subjetivas coletivas, mas acima de tudo à

luta por *status*. Numa posição bastante hobbesiana (ainda que com uma pitada weberiana), Collins (1975:60) afirma:

A vida é basicamente uma luta por *status* na qual não é possível se esquecer do poder dos outros ao seu redor e onde todos usam quaisquer recursos disponíveis para ter outros ajudando a lhe colocar no melhor lugar possível frente às circunstâncias.

Apesar disso, sua compreensão do poder político e estatal está totalmente afinada com Tilly, Mann e Poggi, e, portanto, com o pensamento militarista clássico, na medida em que ele interpreta a política quase exclusivamente pelo prisma da violência. Ecoando Trestschke ainda mais que Weber, Collins (1975:352) define o Estado por meio de sua capacidade desimpedida de perseguir sua vontade contando com os meios de coerção: “O Estado é, acima de tudo, o exército e a polícia, e se esses grupos não tivessem armas nós não teríamos um Estado no sentido clássico”. Dessa maneira o poder político relaciona-se com a guerra, como ameaças coercivas e a política de maneira geral, assim como em Schmitt é basicamente força e organização da violência. De acordo com Collins (1975:351-3), em ordens sociais pré-modernas a violência privada e a política são mais ou menos idênticas, enquanto o Estado-Nação moderno monopoliza seus meios (“o Estado consiste daquelas pessoas que têm pistolas ou outras armas e estão preparadas para usá-las”), o que leva a uma situação na qual “muito da política não envolve [mais] violência real, mas consiste em manobrar a organização que controla a violência”. Portanto na era moderna a forma dominante de poder político torna-se poder estatal. A força de um Estado em particular determina-se por sua habilidade em manter um alto prestígio de poder tanto internamente (mediante penetração e bem-su-

cedida mobilização de grupos da sociedade civil) quanto externamente (pelo aumento e manutenção de sua posição geopolítica). Bebendo diretamente de Weber e indiretamente de Hintze, Collins (1986, 1999) argumenta que o *status* geopolítico estatal baseia-se na experiência militar de sua população donde vitórias de guerra aumentam o prestígio dos governantes e aumentam o poder e a legitimidade do Estado, ao passo que derrotas militares fazem o oposto. A guerra é vista como um catalisador da mudança política e social na história e um motivo primordial da formação estatal. Para entender completamente o poder político estatal é preciso entender o militar e outros aparatos coercivos de uma ordem social particular. O fato de as democracias liberais modernas permitirem maior expressão, dissidência, representação popular e conseqüentemente compartilhamento de poder está longe de representar um indicador confiável de uma inexorável marcha adiante. Em vez disso, essa contingência histórica está profundamente enraizada na estrutura coerciva de sua ordem social. É a relativamente balanceada dispersão de recursos – coercivos e outros – entre grupos sociais bem organizados e independentes capazes de mobilizar diferentes interesses que tem criado um ambiente sociopolítico distintivamente multipolar.

Como fica evidente nesta breve análise, apesar de sua identificação quase exclusiva com a abordagem weberiana, os principais sociólogos históricos contemporâneos do poder estão profundamente enraizados no pensamento social militarista alemão. Contudo, por serem totalmente conscientes das implicações éticas de desenvolver esta altamente contestada tradição, os sociólogos históricos modernos raramente fazem referência direta a Treitschke, Hintze e Schmitt. Essa ocultação internalizada é em grande medida desnecessária porquanto eles, na maior parte, eficazmente des-essencializaram, con-

textualizaram historicamente e removeram a bagagem normativa profascista do militarismo clássico, fornecendo assim um relato explicativo muito mais sofisticado e potente do poder e da violência coletiva. O que no trabalho dos militaristas alemães começa como uma teleologia, ontologia e apologia da violência e da onipotência do poder estatal termina nos escritos de Mann, Tilly, Collins e Poggi em uma refinada epistemologia do conflito social e em uma altamente persuasiva sociologia histórica da dominação. Dessa maneira, ao desenvolver o pensamento belicoso clássico, a sociologia histórica contemporânea conseguiu seriamente contestar a hegemonia das teorias marxistas e economicistas da história ao mudar sua ênfase explicativa do controle dos meios de produção em direção a algo muito mais importante no entendimento do poder estatal – o controle dos meios de destruição. Conforme Collins, Poggi, Mann e Tilly convincentemente argumentam e empiricamente provam, não se pode explicar a transformação e a contínua importância do poder político sem se referir à violência e não se pode entender as origens da formação estatal e da atual, quase inquestionável, supremacia institucionalizada do sistema de Estados-Nação no mundo sem lidar intensamente com a natureza social da vida. Apesar de esses relatos contemporâneos serem altamente convincentes na ênfase e análise do caráter intrinsecamente coercivo da política, apesar de tudo, eles parecem menos convincentes ao abordar a legitimação popular do poder. Em outras palavras, embora esses modelos teóricos extensivamente, e na maior parte adequadamente, elucidem o poder político, parece haver muito pouco espaço explicativo para a compreensão do poder ideológico.

#### **4 VIOLÊNCIA COLETIVA E IDEOLOGIA**

A despeito das esperanças e aspirações do Iluminismo de que a nova era traria um mundo sem violência, onde interesses

e valores em conflitos seriam acomodados por meio da argumentação racional, diálogo e debate, a modernidade transformou-se na mais violenta época registrada na história. Baseados em grandes visões de uma ordem social ideal, bem equipados com as últimas descobertas científicas e tecnológicas e altamente aptos a mobilizar uma enorme base popular, os Estados constitucionais modernos e em democratização provaram ser incomparavelmente cruéis e muito mais eficientes como máquinas de guerra que quaisquer de seus antecessores despóticos e não-igualitários. Não obstante a crueldade dos governantes pré-modernos, nenhuma civilização agrária tirânica poderia se comparar à brutal eficiência da morte em massa nos campos de concentração ou ao escopo e velocidade da carnificina causada por metralhadoras, bombardeios aéreos ou gás venenoso. Não há equivalente histórico para contabilizar todas as revoluções, guerras totais e genocídios da modernidade. Ainda assim foi essa era mais que qualquer outra anterior que proclamou a emancipação e liberação do ser humano como seu valor central fundamental. Como herdeiras diretas do Iluminismo, as ordens constitucionais modernas, governantes e cidadãos, veneram as idéias de razão, justiça, liberdade, igualdade e humanidade como princípios auto-evidentes<sup>6</sup> sobre os quais toda vida social deveria descansar.

Esta situação – na qual a modernidade é normativamente construída sobre princípios que glorificam a razão e a vida humana e rejeitam a violência, ao mesmo tempo em que se presenciam mais derramamento de sangue e massacres jamais vistos – pode parecer um paradoxo intrigante. Contudo, se nos engajarmos com a forma, conteúdo e estrutura do poder ideológico na era moderna, esse resultado particular parecerá menos misterioso. Apesar de Poggi, Mann, Collins e Tilly habilidosamente explicarem por que a modernidade nasceu e permanece estruturalmente dependente da violência, em

grande medida eles não fornecem resposta para uma pergunta: “Por que os seres racionais modernos, socializados em um ambiente que abomina o sacrifício de vidas humanas, ainda assim toleram e muitas vezes apóiam tacitamente o assassinato em larga escala?”. Para responder a esta questão adequadamente é necessário levar o poder ideológico em consideração de maneira mais séria do que têm levado os sociólogos históricos contemporâneos.

Embora Mann, Poggi, Collins e Tilly reconheçam a importância de valores e crenças coletivas, ainda assim eles tratam a ideologia como uma realidade de segunda ordem ou quase exclusivamente reduzem o poder ideológico a doutrinas religiosas. Assim, Poggi (2001), por exemplo, identifica o poder normativo/ideológico como uma das “três formas básicas de poder” em conjunto com os poderes político e econômico. Ele o vê como importante, mas “de natureza derivativa” e o associa quase exclusivamente à religião. Em suas palavras “o poder religioso [é visto] como uma importante e primordial manifestação do poder ideológico/normativo” (Poggi, 2001:71). Similarmente, Collins (1975:369,371) não vê muita diferença entre religiões tradicionais e ideologias seculares modernas: “Ideologias seculares operam em muitos aspectos à maneira das religiosas”, ou “ideologias modernas são variações do mesmo conjunto básico de condições, novas formas apropriadas a condições modernas dos mesmos apelos por solidariedade moral e por obediência à organização expandindo-se para além dos indivíduos que fazem a essência social da religião”. Tilly (1985, 2003) devota ainda menos atenção à ideologia e a vê como um epifenômeno moldado por forças políticas, militares e econômicas. É apenas no trabalho de Mann (1986, 1993) que o poder ideológico recebe mais atenção, ao identificar a ideologia como um dos quatro pilares centrais do poder social e

conduzindo uma extensa análise histórica das transformações ideológicas globais.

Por poder ideológico, Mann (2005:30) entende “a mobilização de valores, normas e rituais em sociedades humanas que ultrapassam ciência e experiência, contendo elementos não-testáveis”. Ele distingue entre formas imanentes e transcendentas: ideologias transcendentas correspondem em geral a doutrinas autônomas e universalistas capazes de gerar uma base de apoio em larga escala transcendendo as instituições existentes e projetando uma autoridade “sagrada”. Ideologias imanentes referem-se a um conjunto mais dependente de crenças e valores aptos a reforçar a solidariedade entre redes e organizações de poder existentes. Contudo, mesmo aqui a ideologia é percebida, em ambas as formas, como frágil e raramente figura como uma explicação-chave. Não apenas Mann argumenta que as doutrinas ideológicas pré-modernas “não tiveram nenhum papel geral de qualquer relevância, apenas momentos históricos mundiais” (Mann, 1986:371), ou que o impacto das idéias geradas na Revolução Francesa sobre os Estados europeus foi muito menor que o geralmente assumido, mas ainda mais importante, segundo ele argumenta, o poder da ideologia, e da religião em particular, desde o século XIX esteve e está em declínio<sup>7</sup>. Além disso, Mann adota uma compreensão bastante instrumentalista da ideologia que foca quase completamente nas funções e meios dos movimentos ideológicos e assim tem pouco a dizer sobre os fins e conteúdos das mensagens ideológicas (Hobson, 2004; Gorski, 2006).

Essa aparente negligência para com a ideologia entre sociólogos históricos contemporâneos que estudam o poder não foi compartilhada por seus antecessores militaristas. Treitschke, Schmitt e Hintze estiveram bem conscientes de que a exitosa proliferação e institucionalização da violência coleti-

va requer mecanismos potentes de justificação. Além disso, eles entenderam corretamente que o colapso do antigo universo monoteísta da ordem tradicional e sua substituição pelas doutrinas em competição de princípios universalistas e igualitários da modernidade abriram a possibilidade de um derramamento de sangue ainda mais selvagem. Ecoando o Ivan Karamazov de Dostoievski, se Deus está morto tudo é permitido. Conforme argumenta Schmitt (1996:54), idéias como humanidade, justiça, progresso ou civilização são aparelhos ideológicos especialmente potentes ao permitir a um dos lados no conflito “usurpar um conceito universal de seu oponente militar” e tratá-lo não como um indesejado, e ainda assim respeitado adversário, mas como algo fora das regras da humanidade. Isto é, um monstro. E monstros não possuem lugar em um mundo de humanos – eles merecem a aniquilação incondicional. Como ressaltou o presidente Truman ao justificar sua decisão de lançar as bombas atômicas no Japão: “Quando você tem de lidar com uma besta, você deve tratá-la como tal. É algo lamentável, mas verdadeiro” (Alperovitz, 1995: 563). Conseqüentemente, as guerras têm “diminuído em número e freqüência”, porém “proporcionalmente crescido em ferocidade” (Schmitt, 1996:35).

A despeito de os militaristas clássicos freqüentemente abordarem o poder ideológico de uma posição normativa, prescritiva, em vez de explicativa – glorificando como fazem o poder onipotente do Estado, a ética militarista, o nacionalismo rígido e um racismo aberto ou disfarçado – eles também demonstraram que não se pode facilmente separar a ideologia da violência. Para entender completamente a proliferação da violência na modernidade é preciso estudar suas bases ideológicas. Em outras palavras, qualquer tentativa bem-sucedida de inspirar-se na tradição militarista clássica requer engajar-se com

ambas as naturezas coerciva e ideológica do poder. Para ser bem-sucedido, qualquer poder requer legitimidade e o poder coercivo ainda mais que os outros.

Nesta perspectiva, os estudos da ideologia apresentados nos trabalhos dos sociológicos históricos contemporâneos sofrem de duas fraquezas pronunciadas. Primeiramente, há um grau de confusão conceitual pelo qual a ideologia é tratada de maneira muito ampla, quando usada como sinônimo para cultura (Mann, 1986, 1993, 2006) ou, muito estreita e historicamente inadequada, quando reduzida às doutrinas religiosas tradicionais (Poggi, 2001; Collins, 1975; Mann, 1986). Como temos argumentado em outros trabalhos (Malesevic, 2002: 58-61), apesar de na modernidade as doutrinas religiosas muitas vezes adquirirem atributos ideológicos e poderem agir como ideologias consolidadas, as religiões pré-modernas não possuíam os recursos institucionais e organizativos para funcionarem como ideologias modernas. Não apenas isso quer dizer que elas operavam em um contexto onde não havia uma alfabetização massiva, línguas vernaculares padronizadas, sistemas de educação estatais públicos e imprensa capitalista (Anderson, 1991), mas também que as religiões tradicionais não possuíam os sofisticados mecanismos de disseminação da informação e a estrutura burocrática organizativa, os quais são essenciais ao poder ideológico. Como apelam para a razão e oferecem uma explicação racional para a realidade social, ideologias normativas requerem um público alfabetizado já formado. As ideologias nasceram em um contexto secular pós-Iluminismo onde o que havia previamente sido em grande medida um monopólio religioso indiscutível (Cristianismo) foi subitamente substituído pelo pluralismo ideológico. Nesse novo contexto histórico, as doutrinas religiosas se encontraram competindo com *weltanschauungen* seculares. Diferentemente de

doutrinas religiosas pré-modernas, as ideologias são frequentemente entrelaçadas pela autoridade da ciência, humanismo e outras éticas seculares e interesses coletivos baseados em princípios que se apresentam em forte oposição a visões de mundo teológicas. Diferentemente das religiões, as ideologias estão firmemente enraizadas na terra, e não no céu. Como aponta Gouldner (1976), o apelo de massas da ideologia em nossa época vem apenas com a criação do sujeito humano moderno que “precisa estar mais interessado nas notícias deste mundo que nas do outro”. Contra a promessa de uma vida após a morte, as ideologias articulam programas competitivos para a transformação da realidade social existente. Liberalismo, socialismo, anarquismo, racismo científico e muitas outras ideologias ofereceram planos seculares e grandiosas visões políticas de mudança social capazes de mobilizar milhões de indivíduos. Desde Maquiavel sabemos que a política secularizada, libertada da ética religiosa, é capaz de fazer ambos – gerar um apelo popular de massa e ser extremamente brutal na implementação de seus objetivos ideológicos. Nesse contexto, as ideologias aparecem como um gerador muito mais potente da ação social que as religiões tradicionais poderiam ser.

E isto nos leva ao segundo problema dos sociólogos históricos contemporâneos – sua percepção da ideologia como uma força explicativa fraca. Como Mann (2006:346-7) expõe secamente, “idéias não podem fazer nada a menos que sejam organizadas”. Mas esta visão pode facilmente ser invertida na medida em que todas as organizações são construídas e geridas a partir de idéias particulares e sem idéias as organizações não podem fazer nada. Isto não quer dizer que as ações humanas são governadas em última instância por idéias e valores em vez de interesses políticos e materiais – o erro geral

de todas as epistemologias idealistas – mas que o sucesso aparente do poder coercivo na era moderna não pode adequadamente ser explicado sem compreender o poder justificativo das ideologias modernas. Em outras palavras, o poder ideológico não é o único e nem necessariamente o gerador primário de ação social. Contudo, sua significância social reside em sua capacidade legitimadora. Quando os fins são percebidos como verdades últimas, entremeadas pela autoridade científica indiscutível e as certezas éticas do humanismo, então tudo se torna válido. Nesse contexto, a questão do uso da violência é frequentemente transformada em uma questão de mera eficiência. A decisão de lançar uma ogiva nuclear com 20.000 toneladas de urânio-235 sobre um grande conglomerado urbano, que inevitavelmente matará centenas de milhares de seres humanos inocentes, torna-se uma questão de precisão e eficácia. As primeiras palavras do capitão William Sterling Parsons após lançar a bomba sobre Hiroshima revelam categoricamente: “Resultados claramente bem-sucedidos em todos os aspectos. Efeitos visíveis maiores que qualquer teste. Condições normais no avião após lançamento” (arquivos de Truman: 1945:7). Similarmente, implementar um programa para uma sociedade racialmente pura engloba o uso de câmaras de gás como o meio mais racional para uma rápida, funcional e eficiente eliminação do “lixo humano”. No mesmo plano, estabelecer uma ordem social ideal sem classes pode exigir o rápido e total extermínio de *kulaks*<sup>8</sup> e outros “vampiros” e “sanguessugas” que parasitam o “nosso povo proletário” e assim por diante. Doutrinas ideológicas modernas com sua retórica inclusiva, universalista de solidariedade coletiva fornecem o mais potente, mas também o mais intransigente, mecanismo social de mobilização grupal capaz de justificar as formas mais extremas

de violência (Malesevic, 2006). Como possuidores de verdades seculares últimas, liberadas dos freios das virtuosidades hipócritas e equipadas com estruturas institucionais e armamentos de massa do Estado moderno, as ideologias aparecem simultaneamente como poderosos mobilizadores da ação coletiva e como legitimadores de tal ação. Apesar de os homens e mulheres racionais modernos serem socializados para reverenciar a vida humana mais que quaisquer de seus antecessores, eles também possuem os mais poderosos argumentos para justificar matanças: doutrinas ideológicas. Enquanto uma vida humana individual é sagrada em princípio, não há preço alto demais quando fins ideológicos estão em jogo: matar centenas de milhares de seres humanos torna-se “lamentável”, mas aceitável em se tratando de alegativas como “salvaguardar a democracia”, “atingir ou evitar o comunismo”, “estabelecer nossa própria nação independente e soberana”, “criar uma sociedade étnica ou racialmente pura” ou estabelecer um califado pan-islâmico baseado na Sharia. Uma vez apoiado em uma ideologia convincente, não há limite para o poder coercivo.

## **5 CONCLUSÃO**

Apesar de ser percebida como uma abominação na era moderna, a violência foi e ainda continua como um ingrediente indispensável da vida político-social. Apesar de os Estados modernos terem conseguido monopolizar seu controle, fazendo-a assim virtualmente invisível, eles não erradicaram a ação violenta. Pelo contrário, o enorme poder que os Estados-Nação adquirem na modernidade, tornando-se os atores políticos preeminentes dentro de suas sociedades bem como na arena geopolítica internacional, deriva essencialmente desse largamente indiscutido monopólio sobre o controle da violência. Como

## VIOLÊNCIA, PODER E ESTADO-NAÇÃO: UMA AVALIAÇÃO SOCIOLÓGICA

observa Collins tão adequadamente, o Estado é “acima de tudo exército e polícia”. De forma mais simples, a violência e o poder estão inerentemente ligados, já que não há poder em última instância que não esteja baseado na manipulação da violência. Contudo, a relação entre os dois não é unilateral, pois a coerção coexiste apenas como meio para o poder político. Em vez disso, o que argumentaríamos é que uma vez libertada a violência coletiva torna-se sua própria mestra operando sob suas próprias regras e criando novas realidades sociais. Isto é bastante evidente na guerra moderna onde, por um lado, o uso da violência sistemática transforma radicalmente as instituições sociais e as relações humanas, e gera assim novas ordens políticas e sociais, enquanto, ao mesmo tempo, expande dramaticamente a escala de sacrifício humano e derramamento de sangue. Foi apenas no rastro de duas devastadoras guerras totais e um punhado de revoluções brutais que a ordem social inclusiva, constitucional, democrática e de bem-estar surgiu. Independentemente do seu desgosto pela violência, a sociologia não pode se dar ao luxo de ignorar a outra face brutal do Janus<sup>9</sup> moderno. Apesar de o pensamento militarista clássico e de a tradição neobelílica contemporânea da sociologia histórica terem revitalizado a importância da violência coletiva para o estudo do poder, ainda há a necessidade de um maior engajamento analítico com os processos ideológicos por meio dos quais a coerção se legitima. Isto é altamente significativo já que, em termos sociológicos, o poder coercivo sem a ideologia é cego enquanto a ideologia sem a coerção permanecerá sempre débil.

---

Traduzido por Clayton Mendonça Cunha Filho

**REFERÊNCIAS**

- ALPEROVITZ, G. **The decision to use the atomic bomb.** New York: Albert Knopf, 1995.
- ANDERSON, B. **Imagined communities:** Reflections on the origins and spread of nationalism. London: Verso, 1991.
- COLLINS, R. **Conflict sociology.** New York: Academic Press, 1975.
- COLLINS, R. **Weberian sociological theory.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- COLLINS, R. **Macro history:** Essays in Sociology of the Long Run. Stanford: Stanford University Press, 1999.
- CLAUSEVITZ, C. von. **On war.** Ware: Wordsworth, 1997.
- DAVIS, H. W.C. **The political thought of H. von Treitschke.** New York: Charles Scribner's Sons, 1915.
- GILBERT, F. Introduction. In: GILBERT, F. (Ed.); **The historical essays of Otto Hintze.** New York: Oxford University Press, 1975.
- GORSKI, P. Mann's theory of ideological power: sources, applications and elaborations. In: HALL, J.A.; SCHROEDER, R. (Eds.). **An anatomy of power:** The social theory of Michael Mann. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- GOULDNER, A. **The dialectic of ideology and technology:** The origins, grammar and future of ideology. London: Macmillan, 1976.
- HALL, J. A.; SCHROEDER, R. (Eds.). **An anatomy of power:** The social theory of Michael Mann. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- HINTZE, O. **The historical essays of Otto Hintze.** New York: Oxford University Press, 1975.
- HOBSON, J. **The eastern origins of western civilisation.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

- JOAS, H. **War and modernity**. Cambridge: Polity Press, 2003.
- MALESEVIC, S. **Ideology, legitimacy and the new state**. London: Frank Cass, 2002.
- MALESEVIC, S. **The sociology of ethnicity**. London: Sage, 2004.
- MALESEVIC, S. **Identity as ideology: Understanding ethnicity and nationalism**. New York: Palgrave Macmillan, 2006.
- MANN, M. **The sources of social power I: A history of power from the beginning to A.D.1760**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- MANN M. **States, war and capitalism: Studies in political sociology**. Oxford: Blackwell, 1988.
- MANN M. **The Sources of social power II: The rise of classes and Nation-States, 1760-1914**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- MANN, M. **The dark side of democracy: Explaining ethnic cleansing**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- MANN, M. **The sources of social power revisited: A response to criticism**. In: HALL, J.A. ; SCHROEDER, R.(Eds.). **An anatomy of power: The social theory of Michael Mann**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- MARX, K. and Engels, F. **The communist manifesto**. London: Verso, 1998.
- POGGI, G. **The development of the modern state**. Stanford: Stanford University Press, 1978.
- POGGI, G. **Forms of power**. Cambridge: Polity, 2001.
- POGGI, G. Theories of state formation. In: NASH, K. ; SCOTT, A. (Eds.). **The blackwell companion to political sociology**. Oxford: Blackwell, 2004.
- POGGI, G. **Political power un-manned: A defence of the holy trinity from mann's attack**. In: HALL, J.A. ; SCHROEDER, R. (Eds.). **An anatomy of power: The social theory of Michael**

- Mann. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- SCHMITT, C. **The concept of the political**. Chicago: Chicago University Press, 1996.
- TILLY, C. (Ed.). **The formation of National States in Western Europe**. Princeton: Princeton University Press, 1975.
- TILLY, C. War making and state making as organized crime. In: EVANS, P.; RUESCHEMEYER, D. ; SKOCPOL, T. (Eds.). **Bringing the State Back in**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- TILLY, C. **Coercion, capital and European states**. Oxford: Blackwell, 1992.
- TILLY, C. Power: Top down and bottom up. **The journal of political philosophy**. 7(3): 330-352, 1999.
- TILLY, C. **The politics of collective violence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- TREITSCHKE, H. von. **Selections from Treitschke's lectures on politics**. London: Gowans & Gray, 1914.
- TRUMAN LIBRARY. Draft statement on dropping of the bomb. President's Secretary's File. **Truman Papers**. Disponível em <http://www.trumanlibrary.org/index.php>. 1945.
- WEBER, E. **Economy and society, I-II**. New York: Bedminster Press, 1978.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> H. Joas (2003:141-162) contesta a existência de tal tradição militarista na Alemanha ou Áustria ao tentar mostrar que havia pouco em comum entre um número de pensadores individuais tomados como representativos dessa tradição. Contudo, apesar da diversidade óbvia em suas visões políticas e seus interesses disciplinares, suas pesquisas focam a guerra, a violência e o poder estatal, bem como a distinta abordagem belicosa à vida social distingue esses autores como representativos de uma tradição intelectual particular.

<sup>2</sup> Schmitt (1996:34f) incorpora o dito de Clausewitz de que a guerra é a continuação da política por outros meios em sua distinção aliado/inimigo ao argumentar que “a guerra, para Clausewitz, não é meramente um dos muitos instrumentos, mas a instância última do agrupamento aliado-inimigo. A guerra tem gramática própria... mas a política continua seu cérebro. Ela não tem sua lógica própria”.

# VIOLÊNCIA, PODER E ESTADO-NAÇÃO: UMA AVALIAÇÃO SOCIOLÓGICA

---

<sup>3</sup> As freqüentemente citadas definições de Weber (1978:53-4) do poder e do Estado são as seguintes: 1. poder é “a probabilidade de que um ator dentro de uma relação especial esteja em posição de conduzir sua própria vontade apesar da resistência, sem levar em consideração as bases sobre as quais esta probabilidade se assenta” e 2. o Estado é “uma organização política compulsória com operações contínuas... enquanto seu corpo administrativo eficazmente mantiver a reivindicação ao monopólio do uso legítimo da força física na manutenção de sua ordem”.

---

<sup>4</sup> Por exemplo, ver a maior parte dos capítulos em J. A. Hall e R. Schroeder (Eds.), 2006, e também Malesevic, 2004: 134-136; e Malešević, 2006:204-226.

---

<sup>5</sup> Em uma rara referência direta a Schmitt em seu trabalho inicial sobre a formação do Estado, Poggi (1978:5-13) reconhece a importância ontológica da concepção de Schmitt sobre política: “Por mais que se possa considerar a visão de Schmitt como demoníaca ou fascista, a história tem repetidamente lhe provado verdadeiro. Uma vez que a periculosidade e a desordem última da sociedade tenham sido reconhecidas, suas implicações permanecem absolutamente amorais e hoje, mais do que nunca, absolutamente assustadoras”.

---

<sup>6</sup> Como, por exemplo, no preâmbulo da constituição dos EUA: “Nós temos como verdades auto-evidentes que todos os homens são criados iguais, que são dotados por seu Criador com certos direitos inalienáveis, os quais a vida, a liberdade e a busca da felicidade”.

---

<sup>7</sup> Em escritos recentes, Mann (2006:345) tem reconhecido este problema e agora parece aceitar que a modernidade recente foi e ainda é altamente ideológica.

---

<sup>8</sup> Nota do Tradutor: Camponeses ricos da Rússia pré-bolchevique.

---

<sup>9</sup> Nota do Tradutor: Janus, deus romano de duas faces, identificado com portas e começos.

---